

Tombamento não prejudica Brasília

José Fonseca Filho

O tombamento de Brasília é definitivo e não pode ser alterado, mas em nada prejudica a cidade. Apenas cuida de preservar suas características particulares originais.

Esta é a opinião da coordenadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Célia Corsino. O tombamento não inviabiliza construções mas procura impedir prática comum na área do Distrito Federal, como a invasão de terras públicas.

Os edifícios residenciais horizontalizados são um desafio para os arquitetos, segundo a museóloga. Tornou-se rotina, na construção civil, atribuir ao tombamento a origem de problemas diversos.

Há irregularidades comuns como a invasão de áreas públicas e a construção de um terceiro andar nas casas da W 3, a partir da colocação de uma caixa d'água. "Depois vem a churrasqueira, o chuveiro e lá está o outro pavimento", diz Célia Corsino nesta entrevista ao Correio Braziliense.

Correio Braziliense - Quais os limites do tombamento da cidade? Eles podem ser alterados?

Célia Corsino - O tombamento foi decretado e é permanente, mas o tombamento de Brasília é diferente dos demais núcleos históricos. Em Brasília são tombadas as escalas: gregária, residencial, bucólica e monumental. Nós não trabalhamos caso a caso, mas sim com gabaritos, taxas de ocupação. Ao contrário do tombamento de cidades como Ouro Preto, onde qualquer modificação em qualquer imóvel tem que passar pela autorização do IPHAN. Em Brasília só examinamos a modificação das normas já existentes.

Correio - Que escalas são essas cidades?

Célia - São as que estão no Plano Piloto de Lúcio Costa. O eixo monumental, os prédios administrativos dos Três Poderes e do Distrito Federal. A escala residencial são as superquadras com as unidades de vizinhança, os prédios sobre pilotis livres, é bom acentuar. O objetivo é permitir a circulação de pedestres sem ter de contornar os edifícios.

Correio - Os construtores se queixam de que a limitação do gabarito inviabiliza prédios melhores.

Célia - Isso é um problema de criatividade do arquiteto. Não há

impedimentos para o prédio ter varanda, forma diferente. O único limite é o gabarito. As dimensões do prédio são estabelecidas pelo tamanho da projeção, conforme a Terracap. Nada a ver com o IPHAN.

Correio - Qual a preocupação do Patrimônio Histórico numa quadra?

Célia - Principalmente a densidade habitacional em relação à área, e a preservação da área verde. A chamada escala bucólica de Brasília são esses imensos gramados. Isso não é um vazio, é parte da cidade.

Correio - E as grandes áreas entre as superquadras, que seriam para a construção de clubes?

Célia - O Plano Piloto não está concluído. Qualquer alteração de finalidade dá problema. Entre cada quatro superquadras deveria ter um clube de vizinhança, cinema, centro cultural, igreja e escola parque.

Correio - Pouquíssimas dispõem desse conjunto.

Célia - Uma ou duas, apenas. Estamos tentando encaminhar, agora com o novo governo, a construção desses clubes. O primeiro deles foi construído pelo governo com a comunidade, na década de 60. Precisamos retomar essa parceria. Há distorções,



Corsino dirige o Patrimônio Histórico consultando sempre Lúcio Costa

“*Não queremos derrubar nada mas é preciso respeitar o limite do coletivo e acabar as invasões de área pública. Brasília estava engessada antes do tombamento*”

como a autorização do governo e da Câmara Distrital para a construção de igrejas. Estamos com uma ação na justiça, porque há locais específicos para igrejas. Essas parcerias podem ser feitas também com a iniciativa privada.

Correio - Há outro exemplo de uma idéia que não se realiza na prática?

Célia - Ao final de cada centro comercial, nas entrequadras, deveria ter um supermercado, seria a função da SAB. Mas os lotes foram vendidos antes do tombamento e hoje tem lojas, bancos, lanchonetes etc. Não somos contra a diversidade, mas em alguns locais acabou faltando justamente o mercadinho.

Correio - As distorções ou irregularidades são só nas superquadras?

Célia - Agora mesmo estamos negando a pretensão de um clube que deseja obter, como doação, um terreno enorme, na beira do lago sul. É uma área pública que o clube já invadiu e com muito movimento previsto pode criar problemas de visibilidade na ponte. É o Clube dos Servidores do Senado.

Correio - É a tática de construir para tornar o fato irreversível?

Célia - É o que tem acontecido com Brasília. Mas nós não podemos trabalhar com fatos consumados. Não queremos derrubar nada, mas os limites do individual terminam onde começa o coletivo. Isso tem de ser respeitado. Em Brasília as áreas públicas são invadidas impunemente.

Correio - A lei do tombamento conseguirá evitar esses abusos?

Célia - O tombamento é de 1990, com José Aparecido como ministro da Cultura. Mas há uma lei anterior, a Santiago Dantas, da década de 60, que também proíbe alterações no plano da capital se não for por lei federal. Em 1987 houve outra lei, esta do Distrito Federal, coibindo mudanças. Por causa dessas normas é que a cidade se mantém perfeita em sua concepção original. Portanto, há leis anteriores ao tombamento.

Correio - Nesse conjunto, o que faz o IPHAN?

Célia - Nós fazemos a supervisão do patrimônio para a área federal. O tombamento não veio engessar nada porque já estava engessado. Nós não criamos regra nenhuma, simplesmente zelamos pelas regras já feitas e as alterações têm de passar pela análise do IPHAN.

Correio - E o IPHAN aceita mudanças?

Célia - Agora mesmo acatamos modificação da localização de duas projeções dentro de uma quadra, proposta pela própria comunidade. Nós examinamos os problemas pela ótica do coletivo e não de uma facção ou do interesse particular.

Correio - É possível alterar a lei do tombamento?

Célia - Alterar o quê? O tombamento daqui é atípico, não estamos analisando prédios nem questionando a arquitetura de Brasília. Quem quiser construir é só atuar dentro da lei que se forem observadas não haverá problema.

Correio - Quais os problemas mais recentes do IPHAN?

Célia - Um deles é a colocação de grades nas residências das cidades-satélites. Depois que o IPHAN protestou parece até que as grades aumentaram. Em alguns casos estão sendo reduzidas as passagens de pedestres devido às grades, colocadas sem nenhuma preocupação estética.

Correio - A Sra. disse que o Plano Piloto não está pronto.

Célia - Há muitas projeções livres, especialmente na Asa Norte. Minha opinião pessoal é que a solução deveria ser dada como qualquer particular faz numa incorporação, a permuta do terreno por alguns apartamentos. É um caminho para reduzir também o deit de moradias.

Correio - O Lúcio Costa procura o IPHAN para se informar sobre a cidade?

Célia - Procura sim, mas nós é que vamos mais a ele. Qualquer problema nós consultamos ele, temos diálogo permanente.